

DISCURSO ABERTURA SEMINÁRIO SOBRE “PARLAMENTO, ABERTURA  
À SOCIEDADE E IGUALDADE DO GÊNERO – DIAS 3 E 4 DE MAIO  
2018

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EXCELÊNCIA

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL, EXCELÊNCIA

SENHORA PRESIDENTE DA REDE DE MULHERES DA ASSEMBLEIA  
PARLAMENTAR DA FRANCOFONIA

SENHORA PRESIDENTE DA REDE DE MULHERES PARLAMENTARES  
DE CABO VERDE

SENHORA MINISTRA DA EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E INCLUSÃO SOCIAL

CAROS COLEGAS DEPUTADAS E DEPUTADOS

CORPO DIPLOMÁTICO AQUI PRESENTE

SENHORA PRESIDENTE DA CNE

SENHORA PRESIDENTE DO ICIEG

REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES DE PARTIDOS  
POLÍTICOS

CAROS CONVIDADOS E CONVIDADAS

Ao iniciar esta minha intervenção gostaria de, em nome da Assembleia Nacional de Cabo Verde e dos Deputados Cabo-verdianos ao Parlamento da Francofonia, enquanto Presidente da Seção APF/Cabo Verde agradecer à S. Excelência o Sr. Presidente da República por nos ter dado a honra de contar com a sua prestigiosa presença para proceder à abertura deste evento, o primeiro a ser realizado numa parceria entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde, Rede de Mulheres Parlamentares e a Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Francofonia, o que evidencia a importância que atribui a este evento e reflexo de um valioso trabalho que a Presidência da República tem vindo a desenvolver visando à igualdade e equidade do género, quanto ao combate aos males sociais que afetam mulheres, jovens e crianças. O Programa “He for she” é um exemplo, para além de outras iniciativas que a Presidência da República tem desenvolvido.

Gostaria de igual modo de agradecer a Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Francofonia por ter escolhido Cabo Verde para a realização deste seminário, sob o tema **“PARLAMENTO MODERNO, abertura à sociedade Civil e Consciencialização da Igualdade de Género”**, é o **“primeiro evento”** a ser realizado no país por esta instância da Francofonia de que Cabo Verde é membro de pleno direito.

Enquanto membro da Assembleia Parlamentar da Francofonia tenho participado em algumas sessões do APF e recentemente fiz parte de uma delegação da Assembleia Nacional chefiada pelo Sr.

Presidente da Assembleia Nacional que participou na sessão realizada em Luxemburgo, e pude, nessa ocasião participar nas reuniões temáticas realizadas pela Rede de Mulheres Parlamentares da APF. Dessa reunião, várias foram as recomendações saídas e que foram adotadas pela Plenária da Assembleia Parlamentar. De entre outras recomendações realço aqui a:

- a) Necessidade dos Estados membros implementarem medidas visando a igualdade e equidade do género; e
- b) Necessidade dos Estados membros implementarem medidas de política visando proteger as mulheres e crianças da violência, principalmente no seio familiar.

Aliás, tenho vindo a participar com alguma frequência nas sessões da Assembleia Parlamentar da Francofonia e confesso-vos que vários têm sido os temas discutidos e que refletem os ideais que presidiram a criação em 2002 da Rede de mulheres parlamentares da Francofonia, quais sejam à promoção de uma maior participação das mulheres na vida política, económica, social e cultural dos respetivos países, o reforço do papel da mulher nos parlamentos membros, através de troca de experiências, bem assim de encorajar e estimular a solidariedade entre as mulheres parlamentares.

A verdade é que a Assembleia Parlamentar da Francofonia tem colocado na sua agenda a problemática igualdade entre homem/mulher, o que presidiu a sua criação, mas também como recomendação do então Secretário-Geral da OIF, Presidente

Abdou Diouf num discurso proferido nas Nações Unidas em 2009, aquando da comemoração do quadragésimo aniversário da Assembleia Parlamentar da Francofonia defendendo o desenvolvimento de novas temáticas, incluindo a **Igualdade mulher/homem em primeiro plano**.

Senhor Presidente da República,

Minhas senhoras e meus senhores,

A participação da mulher na vida política do país tem vindo a conhecer ganhos, e o nosso quadro jurídico-constitucional existente reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social e assegura o exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais.

A participação da mulher ao longo da história não terá certamente terminado com a Revolta de Ribeirão Manuel, desencadeada por mulheres “valentes” como Maria Bongolon, nem tão pouco terá se esgotou com a presença de mulheres na luta da Libertação Nacional de que a Dra Isaura Gomes e tantas outras participaram.

Devo, entretanto, realçar que o advento da democracia pluripartidária operada com as eleições livres e democráticas realizadas em 91 novos desafios foram sendo impostos às mulheres que começaram a aceder a altos cargos políticos no

Governo, no Parlamento, nas Câmaras e Assembleias Municipais, e a aceder a altos cargos na Administração Pública.

No Parlamento nas eleições realizadas em 1991 tivemos 3,8% de mulheres; em 1995 a percentagem foi de 12,5; em 2001 foi de 11,1, em 2006 tivemos 15,3, em 2011 a percentagem foi de 20,8 e em 2016 de 23,6.

Como se pode depreender tem havido avanços, mas tímidos, pois a taxa de participação de mulheres no parlamento cabo-verdiano situa-se dentro da média mundial, que é de 22%, mas distante de países com uma maior taxa de representação no parlamento, como Ruanda com 61,3% de mulheres, Senegal com 42,7%, Moçambique com 39,9% e Espanha com 39,1%, apesar do quadro legal existente (Lei Eleitoral) estimular a participação feminina através de subvenções concedidas aos Partidos Políticos que integrem pelo menos 25% de mulheres nas listas.

A baixa percentagem de mulheres eleitas como Deputadas traz consigo razões de vária índole, desde logo a fraca presença de mulheres nos órgãos de decisão dos partidos onde as listas são elaboradas e aprovadas, passando pelas várias tarefas que a mulher desempenha – **exerce sua atividade profissional, ocupa da família e dos afazeres caseiros e, com isso, fica com pouco tempo para se dedicar a outras tarefas.** Uma outra causa, também relevante tem a ver com o medo da devassa de sua vida privada, que muitas das vezes a afasta do cenário de competições políticas.

Senhor Presidente da República, minhas senhoras e meus senhores,

Se é verdade que o quadro constitucional e legal existente propicia uma maior participação política das mulheres, não é menos verdade que, não obstante os sinais positivos que temos verificado na esfera política e social, precisamos ainda remover muitos obstáculos psicossociológicos e políticos, e que condicionam uma verdadeira participação da mulher na vida política do país.

A defesa da igualdade de género e de uma maior participação das mulheres nos diversos níveis de poder, seja na administração pública ou noutras áreas de atividade, mais do que discurso político ou enunciado nos programas de governação, deve representar uma forte convicção quanto ao papel fundamental e decisivo da mulher em todo o processo de construção deste país.

Dados recentes da pobreza (IDRF III, 2015) mostram que 51% das pessoas que vivem na pobreza absoluta são mulheres e que 44% dos pobres são famílias chefiadas por mulheres. São dados que merecem um olhar atento, para que políticas públicas possam ser adotadas visando a redução do índice de pobreza no seio da classe feminina.

A problemática Violência Baseada no Género de que tanto se tem debatido e que conheceu ganhos importantes com a aprovação pelo Parlamento da Lei da VBG, medida legislativa que veio responder ao grito da sociedade quanto à violência no seio familiar foi, outrossim, um grande ganho e os dados estatísticos

são elucidativos, muito embora não se deva ignorar alguns fenómenos que poderão ou não estar a acontecer em decorrência de sua implementação, mas que não me cabe agora discorrer devido a ausência de dados científicos e que não poderão de forma alguma pôr em causa a bondade e a oportunidade da medida.

Hoje a sociedade cabo-verdiana debate-se com novos desafios – Abuso Sexual e Exploração a menores, situação que tem atingido proporções preocupantes, de cuja responsabilidade o Parlamento Cabo-verdiano não pode ignorar pois impõem-se medidas legislativas visando enfrentar a situação e combater-la de forma firme e vigorosa, dando proteção a quem dela precisa e punindo severamente a quem os pratica.

A institucionalização pelo Parlamento Cabo-verdiano do dia 4 de Junho como Dia Nacional de Reflexão sobre exploração e abuso sexual a menores constitui um ganho, mas insuficiente. De igual modo entendo que há que visitar a Lei VBG.

Precisamos remover os preconceitos ainda existentes, o que dependerá em larga medida da promoção do vasto catálogo de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos consagrados na Constituição da República e investir num sistema educativo promotor de princípios como respeito, a tolerância, a irmandade, a solidariedade e a partilha de bons valores.

Já demos provas que somos capazes, e não podemos ficar mercê da vontade política para que haja uma integração efetiva da

mulher no mercado de trabalho, ou para que a mulher possa participar no sistema político e poder, assim, atingir as esferas de poder.

Senhor Presidente da República,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Parlamento, enquanto centro vital do sistema político, legítimo representante das populações e Casa das Leis, não pode fugir às suas responsabilidades em matéria de reforço da participação política das mulheres e o debate aberto em torno da aprovação da Lei de Paridade deve ser feito de forma descomplexada pela sociedade civil.

A abertura do Parlamento à sociedade, constitui um dos eixos da reforma do Parlamento em curso, e a problemática igualdade e equidade do género, bem assim questões relativas à participação política da mulher deverão figurar-se no centro das preocupações e objetivos da Casa Parlamentar. Trata-se de uma exigência do país e da sociedade que não podemos negligenciar e nem adiar.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os temas que serão trazidos à colação são desafiantes e mexem com a nossa vivência atual.

Temas como : O PARLAMENTAR É O REFLEXO DO POVO,

MECANISMOS, REGRAS E POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO SEIO DO MUNDO POLÍTICO, DAR AO



PARLAMENTO MEIOS PARA AGIR EM FAVOR DA IGUALDADE DE GÊNERO, MELHOR CONHECIMENTO DO TRABALHO PARLAMENTAR E MELHOR ABERTURA À SOCIEDADE CIVIL são na verdade desafiantes.

Temas atuais, pois tem-se debatido e muito aqui no país a Função Parlamentar de Representação e muito se tem ouvido acerca da necessidade da abertura do Parlamento à Sociedade. Críticas não têm faltado quanto ao afastamento do eleito ao eleitor e muito se tem falado sobre a crise de representação.

Termino agradecendo uma vez mais a presença de SE Presidente da República neste ato, e agradecendo de igual modo a Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Francofonia através de sua Presidente por ter escolhido Cabo Verde para a realização deste grande evento.

Obrigada a todos.